

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO SÍTIO	CÓDIGO DA FICHA					
	PA	03	00	09	F10	01
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

DENOMINAÇÃO DO SÍTIO		MICRORREGIÃO DO SALGADO PARAENSE
OUTRAS DENOMINAÇÕES		Zona do Salgado
ESTADO		Pará
MUNICÍPIOS		Salinópolis, São João de Pirabas, Vigia, São Caetano de Odivelas, Colares e Marapanim, Terra Alta, São João da Ponta, Maracanã, Magalhães Barata e Curuçá.
DISTRITO OU SUBDISTRITO		Distritos: Salinópolis: cidade-sede São João de Pirabas: cidade-sede Vigia: cidade-sede e Porto-Salvo São Caetano de Odivelas: cidade-sede, Perseverança e Pererú Colares: cidade-sede Marapanim: cidade-sede, Marudá, Matapiquara e Monte Alegre do Maú Terra Alta: cidade-sede São João da Ponta: cidade-sede Maracanã: cidade-sede, Boa Esperança e São Roberto Magalhães Barata: cidade-sede e Cafezal Curuçá: cidade-sede, Lauro Sodré, Murajá e Ponta de Ramos Subdistritos: Salinópolis: Corema, Cuilarana, São Bento e Pajurá São João de Pirabas: Bom Intento e Japerica Vigia: Riozinho, Anoerá da Barreta, Tauapará, Açaizinho e Kumarú-Ubituba São Caetano de Odivelas: Alto Pererú, Cachoeira, Sta Maria da Barreta, Marabitaná, Santa Fé, Vila Nova e Açú. Colares: Juçarateua, Jenipaúba da Laura, Jacaré-Mãe e Maracajó Marapanim: Vilas de Juçateua, Araticu-Miri, Vila Maú, Vista Alegre, Porto Alegre, Boa Esperança, Jarandeuá, Itacoã, Arsênio, Vila Silva, Cruzador, Cipoteua, Fazendinha, Maranhãozinho, Abaetezinho, Pedralnópolis, Cruzeiro, Tamataquara, São Miguel, Marudá e Matapiquara. Terra Alta: Vista Alegre do Maú. São João da Ponta: São Francisco, Deolândia, Guirajuba, Vila Nova e Açú. Maracanã: Martins Pinheiro, Mocooca, Quarenta do Mocooca, Fortalezinha, Algodoal, Camboinha e Piriáçú. Magalhães Barata: Fazendinha, Prainha, Nazaré do Fugido e Arraial. Curuçá: Abade, Araquaim, Pedras Grandes, Simoa, São João de Ramos, Marauá e São Pedro.
LOCALIDADES INVENTARIADAS	NO SÍTIO	O levantamento preliminar da Micro-região do Salgado Paraense foi realizado apenas em sua área territorial.
	NO ENTORNO	

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**PA****03****00****09****F10****01****2. FOTOS****OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS.**

A zona litorânea banhada pelo Oceano Atlântico é formada por belas praias como a da Corvina em Salinópolis, localizada em frente à sede municipal, um dos pontos turísticos mais apreciados da região.
Foto: Equipe INRC/Carimbó (jan/2000)

A zona mais central da Microrregião do Salgado é quase que na sua totalidade entrecortada por igarapés e rios como o Mojuim no município de São Caetano de Odivelas.

Foto: Equipe INRC/Carimbó (jan, 2009)



Ruas de Vigia: estreitas, ladeadas de casarões que rememoram os tempos coloniais. Ao fundo, a Igreja Matriz Madre de Deus, patrimônio histórico tombado pelo IPHAN.
Foto: Equipe INRC/Carimbó (jan, 2009).

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**PA****03****00****09****F10****01**

Prédio onde atualmente funciona a Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas construído em 1954.

Foto: Equipe INRC/Carimbó (jan, 2009)



A baía de Marajó banha a cidade de Colares. Sua orla é um dos atrativos naturais do município.

Foto: Robson Leão.

Igreja Matriz de Marapanim

Foto: Equipe INRC/Carimbó (jan, 2009).



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO

PA

03

00

09

F10

01

Outras cidades do Salgado estão situadas às margens dos rios como o Mojuim em São João da Ponta.

Fonte: Equipe INRC/Carimbó.



A PA-136 é uma das rodovias que dão acesso aos vários municípios da região. Muitos deles possuem suas sedes às suas margens como a cidade de Terra Alta.

Foto: Equipe INRC/Carimbó

Farol de São João da Ponta: O primeiro farol foi inaugurado em 1852. O atual farol data de 1937, instalado no lugar mais alto da cidade às proximidades da praia do Maçarico.

Foto: Equipe INRC/Carimbó (jan, 2009).

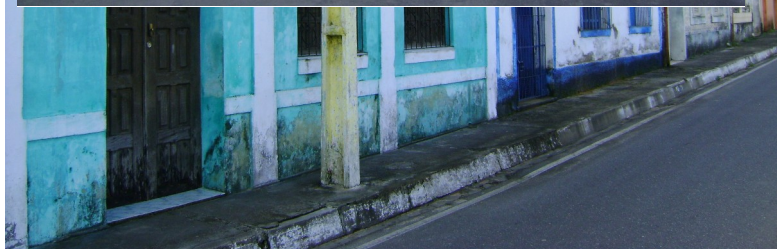
de
For



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**PA****03****00****09****F10****01**

O rio Maracanã banha a cidade de mesmo nome.

Foto: Equipe INRC/Carimbó.



Algumas edificações históricas como os casarios do início do século XX no município de Curuçá são verdadeiros marcos edificados da história de ocupação da região.

Foto: Equipe INRC/Carimbó

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**PA****03****00****09****F10****01**

Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré na cidade de Magalhães Barata.

Foto: Equipe INRC/Carimbó (abr, 2009).



Construções feitas por pescadores artesanais e catadores de caranguejos localizados em vários pontos de furos de marés no litoral da Microrregião do Salgado.

Foto: Equipe INRC/Carimbó.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O **ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS**.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	PA	03	00	09	F10	01
--------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

SÍNTESE

O levantamento preliminar do carimbó na Microrregião do Salgado Paraense identificou um total de 88 bens, dentre os quais, a grande maioria informada pela população local, além de outros destacados pela pesquisa como referência significativa aos bens culturais associados ao carimbó. Esses bens encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Salinópolis: Formas de expressão, 11; Ofícios e Modos de Fazer, 3.

São João de Pirabas: Formas de expressão, 8.

Vigia: Formas de expressão, 9; Ofícios e Modos de fazer, 4.

São Caetano de Odivelas: Formas de expressão, 6.

Colares: Formas de expressão, 7.

Marapanim: Formas de expressão, 32; Ofícios e modos de fazer, 8.

Terra Alta: Formas de expressão, 6; Ofícios e Modos de Fazer, 1.

São João da Ponta: Formas de expressão, 10; Lugar, 1.

Maracanã: Formas de expressão, 15.

Magalhães Barata: Formas de expressão, 8; Ofícios e Modos de Fazer, 1

Curuçá: Formas de expressão, 45; Ofícios e Modos de Fazer, 2

Do total de bens registrados, 73% encontram-se íntegros ou vigentes, enquanto 27% fazem parte da memória dos habitantes dos municípios pesquisados.

Informações detalhadas sobre os bens selecionados encontram-se nas fichas de identificação deste inventário.

4. DESCRIÇÃO DO SÍTIO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA .

4.1. LOCALIZAÇÃO

A Microrregião do Salgado Paraense está localizada na faixa litorânea do Estado do Pará que, junto com outras quatro micro-regiões (Bragantina, Guamá, Tomé-Açú e Cametá) formam a mesorregião Nordeste Paraense. Situa-se entre os paralelos 0°30'22" a 1°02'57" de latitude sul e entre os meridianos de 47°05'25 a 48°30'57 de longitude oeste. Seu território abrange onze municípios: Salinópolis, São João de Pirabas, Vigia, São Caetano de Odivelas, Colares, Marapanim, São João da Ponta, Terra Alta, Maracanã, Magalhães Barata e Curuçá. Possui uma área de 5.784,561km² onde residem 238.830 habitantes (IBGE, est. 2006). É uma das regiões amazônicas mais povoadas, com densidade demográfica de 41,3 hab/km².

O acesso aos municípios da Microrregião do Salgado é todo feito por estradas onde existem três pontos radiais a partir da BR-316. O primeiro ocorre a partir do município de Santa Izabel do Pará (Microrregião Castanhal) que dá acesso via PA-140 aos municípios da Vigia, Colares e São Caetano de Odivelas. O segundo, a partir do município de Castanhal (Microrregião Castanhal) que dá acesso via PA-136 aos municípios de Terra Alta, São João da Ponta, Marapanim, Curuçá e via PA-320 e PA-395 aos municípios de Maracanã e Magalhães Barata. E o terceiro a partir do município de Capanema (Microrregião Bragantina) que dá acesso via PA-124 aos municípios de Salinópolis e São João de Pirabas. Alguns municípios possuem pistas de pouso para aeronaves de pequeno porte, porém não há linha aérea regular comercial para estes municípios. O acesso via aérea é feito através de sistema de fretes no Aero Clube do Pará situado na capital do Estado. No entanto, para todos os municípios há linhas regulares de transporte rodoviário comercial partindo-se de Belém, além de vans e micro-ônibus.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**PA****03****00****09****F10****01****4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE**

A denominação “salgado” se refere, segundo Furtado (1987), a expressão de um dos *gêneros de vida* encontrados na Amazônia, neste caso, em função de seu território estar, em sua maior parte banhada pelas águas do Oceano Atlântico.

A Microrregião do Salgado faz parte da mesorregião Nordeste Paraense cuja estrutura geológica é formada por sedimentos do Terciário (Formação Barreiras), e do Quaternário Antigo Recente. Este último é mais incidente na porção que se volta ao mar (baixadas semi-litorâneas) e, também, nos terraços e várzeas dos cursos d'água existentes.

A compartimentação do relevo é apenas uma decorrência do modelo da estrutura geológica apresentada, constituída pelos tabuleiros ou baixos platôs pediplanados e rebaixados, localizados nas áreas de Formação Barreiras, pelos terraços e várzeas, que constituem os níveis mais baixos, inseridos na unidade morfoestrutural que constitui o Planalto Rebaixado da Amazônia (do Baixo Amazonas).

O clima da região é do tipo “florestas tropicais com chuvas monçônicas de outono (Amw' de Hoppen), que se caracteriza por uma temperatura média elevada de 25°C, pequena amplitude térmica anual, umidade relativa superior a 80% e altas precipitações, com um período de estiagem de setembro a dezembro (CORRÊA e SIMÕES, 1971, p.3).

Além da vegetação de mangal, que contorna a faixa litorânea, o Salgado é recoberto por uma vegetação representada pela “mata geral da região oriental do Pará”, conforme foi denominada por Huber (apud Furtado, 1987). A Microrregião apresenta diferentes tipos de ambientes como manguezais, capoeiras, dunas, campinas, várzeas, campos, igapós, restingas e áreas remanescentes de florestas primárias de terra firme (BASTOS et AL. 2001).

A composição paisagística da Microrregião é demarcada pelas áreas de influência identificadas pelos habitantes da região como zona do salgado e zona de água doce. A primeira se refere aos municípios que possuem ligação direta como mar onde se desenvolveu uma cultura relacionada ao ambiente “praiano” como a forma de organização do trabalho na pesca e na produção de artefatos relacionados à mesma como redes, canoas, embarcações de médio porte movidos a motor e/ou a vela, cestos, espinhéis, currais, barracos de “espera” montados às beiradas dos furos de maré, etc. A segunda tem haver com a parte mais central dos municípios que estão ligados ao mar, bem como, aqueles que não possuem este contato como Terra Alta onde sobressaem os rios e igarapés, região denominada de zona de água doce pelos habitantes do local. Nesta porção, o principal meio de vida está relacionado ao trabalho na lavoura, principalmente na plantação de mandioca para a produção de farinha e, deste forma, se reproduz um rico sistema de técnicas de plantio e de colheita que influencia sobremaneira a divisão do trabalho entre as comunidades espalhadas por centenas de vilas e agrovilas da região. Assim, subentende-se que, a partir de dois biomas identificados por seus habitantes, há uma vinculação das técnicas de exploração dos recursos naturais que subjaz uma construção simbólica a partir destas atividades identificadas pelas formas de elaboração dos artefatos, bem como nas manifestações culturais festivas. Outra definição complementar a esta descrita acima é feita por Andrade apud Quaresma (2003):

A água é um elemento que está sempre presente na região, desde as denominações até os fatos vivenciados pelo homem daquela região. De acordo com a sua salinidade, a Zona do Salgado subdivide-se, segundo Andrade (1984), em três áreas: o Baixo Salgado, onde predomina a água doce; o Médio Salgado, onde ocorre a mistura das águas do oceano com as águas dos rios; o Alto Salgado, onde se concentra a água oceânica e consequentemente a maior salinidade. Os pescadores referem-se a essas áreas de outro modo: a *beira* é a denominação dada por eles às áreas próximas ao continente (Baixo Salgado), onde realizam a *pesca de dentro* ou *da beira*; *lá fora* é a expressão que eles usam para se referir ao Médio Salgado (quando lá estão, eles dizem que estão pescando *lá fora*); *no mar* é

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**PA****03****00****09****F10****01**

o lócus das águas oceânicas (o Alto Salgado), a pesca é então *do mar* (QUARESMA, 2003, P.119).

Os municípios de Salinópolis, Maracanã e Marapanim, atualmente são os mais procurados pelos visitantes oriundos principalmente da capital do Estado. Nestes, além do atrativo natural, existe uma infra-estrutura turística em formação para atender este público, excetuando-se a cidade de Salinópolis que possui uma rede hoteleira e equipamentos voltados para o turismo em maior quantidade que as demais cidades da Microrregião do Salgado. A grande procura e o uso desordenado dos balneários nestes municípios têm levantado questões quanto à forma de ocupação não só das orlas das cidades, mas também pela degradação ambiental ocasionada pela poluição sonora, visual e de resíduos líquidos e sólidos despejados na natureza.

Algumas destas áreas são de preservação permanente como a Reserva Extrativista de Maracanã e a APA Algodão-Maiandeuá, também no município de Maracanã. No município de Curuçá existe a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, e em São João da Ponta a Reserva Extrativista de São João da Ponta. Mesmo com a proteção legal destas áreas, o processo de degradação ambiental continua crescente.

Parte da Microrregião do Salgado é formada por ilhas, penínsulas e baías situadas na desembocadura de rios de curto percurso, mas de bocas muito amplas (QUARESMA, 2003). Nesta Microrregião está presente uma rica diversidade de fauna e flora encontrada somente neste tipo de ambiente, e algumas ainda pouco conhecidas pela população em geral.

4.3. MARCOS EDIFICADOS

A ocupação colonial da região deixou marcas impressas na paisagem da Microrregião do Salgado Paraense que estão atualmente espalhadas por todos os municípios da região. Das primeiras formações populacionais realizadas pelos jesuítas no século XVII ficaram apenas algumas ruínas de engenhos e edificações, notadamente os espaços de celebrações de missas. No século XVIII surgiram várias capelas, igrejas e casarões na área litorânea, pois o único acesso à região era pelo mar. É só no século XX, com o declínio da economia da borracha na Amazônia, que os nordestinos migraram para as áreas centrais da Microrregião do Salgado, abrindo estradas e povoando-a. Desse período ainda encontramos algumas edificações, porém em sua grande maioria já bastante modificadas em função da manutenção feita por leigos e/ou transformações estruturais que acabaram por destruir as características arquitetônicas originais de tais monumentos. Dentre estes bens culturais destacam-se dois templos religiosos na cidade de Vigia: a Capela do Senhor dos Passos, construída no século XVIII toda feita de pedras sobrepostas e sem reboco, e a Igreja Madre de Deus, também do século XVIII, em estilo barroco, é a única tombada pelo IPHAN em toda a região Nordeste do Pará.

Atualmente, podem-se observar tipos de arquiteturas diferenciadas nas diversas localidades e sedes municipais da Microrregião do Salgado Paraense. As que guardaram os resquícios de épocas passadas acabaram por influenciar um tipo de construção local onde se percebe as influências de época, notadamente nos casarões com sobrados e pé direito considerável. A falta de recursos e de material, também proporcionou uma proliferação de casas de “enchimento” (feitas de barro) onde em algumas localidades como Marapanim se observa um número grande deste tipo de edificação, porém com reboco e pintura colorida o que dá um aspecto diferenciado para as estreitas ruas de seu centro urbano mais antigo.

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**PA****03****00****09****F10****01****5.1 RESUMO**

A história da Microrregião do Salgado Paraense está vinculada às expedições européias portuguesas do século XVII e XVIII, que tinham por objetivo conquistar o território e expandi-lo, além de expulsar franceses, ingleses, holandeses de forma definitiva, para assim se controlar a população indígena. Porém, desde o século XVI, os europeus já detinham certo conhecimento da região, no entanto, essa época, as viagens ao novo mundo, especialmente à Amazônia, eram apenas para se conhecer o lugar e para reconhecer neste novo mundo o que se imaginava. Este imaginário do europeu navegador dos séculos XV e XVI era revestido de um caráter curioso e aventureiro devido às próprias condições culturais da época, onde os mitos eram vistos como reais. Dessa forma, à medida que a conquista acontecia, os europeus iam desbravando as terras e os rios, conhecendo as belezas e os perigos do nosso mundo a partir da sua intencionalidade. Havia simbolismos culturais que se encontravam e eram, segundo esta perspectiva, ratificados pelo contato com as novas terras e as tribos indígenas.

Nesta busca ao novo mundo, os europeus se depararam com um grupo de índias guerreiras durante a expedição de Francisco de Orellana (1544). Ele e seus comandados irão travar conflitos bélicos com essas guerreiras, o que os levará a crença de que haviam encontrado na América as “amazonas da mitologia grega” e é assim que o espanhol Orellana irá rebatizar o rio (os conflitos aconteceram às margens desse rio), que antes se chamava “Santa Maria de La Mar Dulce”, passando a ser chamado de rio das Amazonas. O mito grego, contado também por Colombo, que em 1492 afirmou que nas terras descobertas haviam mulheres que habitavam sozinhas ilhas inteiras e que lutavam como se fossem homens – ganhava, finalmente, seu status de verdade. Segundo Orellana, essas mulheres lutavam, animavam os homens e lideravam os indígenas.

Foi apenas no século XVII, com a expedição de Pedro Teixeira, que ocorreu uma nova relação de Portugal com o espaço amazônico. A prioridade não era mais a de ratificar os mitos europeus, mas sim resolver a questão política, através da expulsão dos estrangeiros e do alargamento do território português na América. No século XVII, Portugal já havia se expandido no norte, principalmente depois da fundação de Santa Maria de Belém do Grão-Pará durante a união da coroa portuguesa com a espanhola, período conhecido por “União Ibérica” (1580-1640). Quando a união das duas coroas chegou ao fim, a penetração portuguesa na Amazônia já estava consolidada, fazendo com que o Tratado de Tordesilhas, documento que definia as fronteiras entre os impérios coloniais português e espanhol, fosse modificado. Em 1750, com o Tratado de Madri, a Espanha reconheceu oficialmente o direito português sobre a Amazônia. Durante todo esse período, os portugueses guerrearam não só com os espanhóis, que contestavam as terras da Amazônia, mas também com holandeses, ingleses e franceses, além das guerras travadas contra a população nativa, que quase sempre foi subjugada e/ou exterminada.

O projeto político português do século XVII propunha a expansão do território através da colonização sistemática da região e da população da Amazônia, para se demarcar de forma definitiva os limites que separavam os territórios coloniais. Esse projeto era assentado em um sistema de práticas mercantilistas, na exploração e venda das “drogas do sertão”, e tinha como mão-de-obra a população indígena destribalizada e aldeada sob os cuidados das ordens religiosas, com destaque na região do Salgado para a Companhia de Jesus (UGARTE, 2003).

A origem de Marapanim, por exemplo, remonta exatamente o final do século XVII, a partir da fundação de uma fazenda batizada de “Bom Intento” pelos Jesuítas, padres da Companhia de Jesus. Ali, fixaram um centro de catequização da população da região, desestruturando-a, aculturando-a e modificando-lhe as suas formas tradicionais de vida, uma vez que os indígenas foram transformados em cristãos novos a serviço da colonização portuguesa. O mesmo processo se deu em Vigia, região que no século XVII também englobava Colares e São Caetano de Odívalas, e era habitada pelos padres da Companhia de Jesus. Após a colonização jesuíta, em 1693, Vigia se tornou município, sendo Colares elevada à condição de Vila em 1833 e São Caetano de Odívalas em 1872, quando tiveram seus territórios definitivamente desmembrados do município

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**PA****03****00****09****F10****01**

de Vigia. O percurso de Marapanim é um pouco mais complexo, pois com a expulsão dos jesuítas, em 1759, pelo secretário de estado e negócios estrangeiros e secretário de guerra do monarca português D. José I, Sebastião José de Carvalho Melo, o Marquês de Pombal” (que ficou a frente do reino português entre 1750 e 1777 e se intitulava “homem do iluminismo”), devido os padres não colaborarem com a política que o secretário impôs para a região norte, o Diretório, a propriedade do Bom Intento foi confiscada e entregue a particulares, que criaram a freguesia do Bom Intento. Porém a transformação da freguesia do Bom Intento, pertencente à Vila Cintra, em município de Marapanim só ocorreu em 1877.

A origem do município de Salinópolis data do mesmo século XVII, quando o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Andréas Vital, mandou estabelecer uma atalaia na região com a finalidade de sinalizar, com tiros de canhão, a entrada da barra do Pará e também para detectar a presença de embarcações estrangeiras que estivessem ameaçando a segurança da região norte da colônia portuguesa. Salinas só se tornou oficialmente Vila no século XIX, em 1882, transformando-se em Município em 1884. São João de Pirabas era localizado em terras do município de Salinópolis, sendo por muitos anos reconhecido como um povoado da região. Somente no final do século XX, em 1988 que Pirabas é elevada à categoria de Município do Estado do Pará.

Em 1653 o padre Antônio Vieira catequizou a aldeia dos índios “Maracanã” no local onde se originou o município. Com a expulsão dos jesuítas, o presidente da província do Grão-Pará e Maranhão, Mendonça Furtado (irmão do Marquês de Pombal), elevou a aldeia dos índios maracanãs à condição de Vila, com o nome de Cintra. No período republicano, durante o governo de Paes de Carvalho, o cônego Ulisses de Penafort, conhecedor da origem do município, empreendeu uma campanha e conseguiu fazer com que Cintra voltasse a se chamar Maracanã.

Às margens do rio Curuçá, os jesuítas fundaram no século XVIII uma fazenda, após a expulsão dos mesmos, essa fazenda ganhou status de Vila, com o nome de Vila Nova D’El Rei, constituindo o município. Com a independência do Brasil em 1822, o município teve seu território anexado ao município de Vigia. Em 1823, com a adesão do Pará a independência do país e o desenrolar do movimento conhecido como Cabanagem, Curuçá é alvo de vários ataques da população em revolta. O movimento cabano que se iniciou como uma querela política entre simpatizantes e não simpatizantes da adesão do Pará à independência do país, foi ganhando uma conotação de revolta social, uma vez que teve a adesão em massa da classe pobre, que em suas lutas contra os portugueses e brasileiros adversários da independência, estavam lutando por uma independência que ia além das rupturas dos laços políticos com Portugal, desejando mudanças nas estruturas econômico-social do Brasil. Em 1850, foi devolvido à Curuçá o seu antigo status de Município independente.

Em 1991, Curuçá teve seu território desmembrado, dando origem ao município de Terra Alta. Outro município de criação recente é São João da Ponta, desmembrado de São Caetano de Odivelas, em 1996.

Segundo Furtado (1987), houve duas linhas de povoamento da região. A primeira que obedece a sua posição litorânea onde o processo de ocupação foi feito de forma espontânea em função da rota das navegações entre as cidades de Belém e São Luís do Maranhão e a segunda feita de forma planejada nas áreas de influência da Estrada de Ferro Belém-Bragança, implantada no período áureo da borracha, (FURTADO, 1987, p. 31). Ainda segundo a autora:

Não obstante sua proximidade à capital do Estado, o Nordeste Paraense ficou praticamente desocupado até o final do século XIX e seu povoamento só se intensificou com a implantação daquela ferrovia. Nas terras marginais a ela, o governo estadual efetivou a colonização inicialmente com contingentes estrangeiros, com os quais não logrou êxito, e posteriormente com levas de imigrantes do nordeste brasileiro, entre os quais avultaram os cearenses. Com o declínio do fastígio da borracha na Amazônia, a mão-de-obra nordestina, egressa dos seringais, ficou liberada para procurar outras atividades e, como alternativa, buscou as terras do Nordeste Paraense marginais à Estrada de Ferro de Bragança, então pouco ocupadas (FURTADO, 1987, p. 32).

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**PA****03****00****09****F10****01**

Desta forma, o grande impulso à ocupação da região acontece no início do século XX devido principalmente dois fatores: a implantação da Estrada de Ferro Belém-Bragança e a imigração de nordestinos liberados dos seringais, em um primeiro momento, entre as décadas de 1910 e 1940 e em seguida após o fim da 2ª Guerra Mundial (1945), quando do segundo declínio da economia gomífera na Amazônia.

Em 1961 é inaugurada a rodovia Belém-Brasília integrando e vez a região por terra ao restante do país.

Fonte: SEPOF

5.2 CRONOLOGIA

DATA	EVENTO
1500	Primeira expedição a percorrer o rio Amazonas pelo navegador espanhol Vicente Pizón que batizou o rio de Mar Dulce.
1544	A expedição do navegador espanhol Francisco Orellana é a primeira a percorrer todo o rio e a chamá-lo de rio das amazonas.
1580	União ibérica
1616	Fundação de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.
1640	Fim da união ibérica
1750	Assinatura do Tratado de Madri
1759	Expulsão dos Jesuítas do reino de Portugal e dos seus domínios coloniais.
1884	Inaugurado o primeiro trecho da estrada de ferro de Bragança.
1908	Finalização da construção da estrada de Ferro até a cidade de Bragança.
1910	Imigração de nordestinos liberados dos seringais para a região Nordeste Paraense
1945	Retomada da imigração de nordestinos em função do fim da 2ª Guerra Mundial e conseqüente falência do setor gomífero na Amazônia.
1961	Inauguração da rodovia Belém-Brasília
1985	A Igreja de Nossa Senhora de Madre de Deus da Vigia é tombada pelo IPHAN como patrimônio brasileiro, inscrita no Livro de Belas Artes.
1990	É criada a Área de Proteção Ambiental Algodão-Maiandeuá criada pela Lei Estadual nº 5.621, de 27 de novembro de 1990.
2006	São criadas as Reservas Extrativistas de Mãe Grande no município de Curuçá, Maracanã no município de Maracanã e São João da Ponta no município de Maracanã.
2006	Aprovação da instituição do Comitê Gestor de Ciência e Tecnologia para a Promoção e Desenvolvimento da Fruticultura do Salgado Paraense.

6. PERFIL SOCIOECONÔMICO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O **ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**.

6.1. POPULAÇÃO

A Microrregião do Salgado possui uma população de 238.830 habitantes (IBGE, est. 2006). É uma das regiões

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**PA****03****00****09****F10****01**

amazônicas mais povoadas, com densidade demográfica de 41,3 hab/km². Destes, 127.909 estão localizados na zona urbana e 103.865 na zona rural. Esses números equivalem a 4,5% do total da população do Estado do Pará. Em praticamente todos os municípios pesquisados houve um acréscimo populacional segundo os dados dos censitários de 1970 a 2000, a exceção é feita a São Caetano de Odivelas, onde se observa um acréscimo no período 1970 (14.229 hab.) até 1991 (21.126 hab.) e em seguida um decréscimo para 15.595 habitantes (IBGE, 2000). Tal fato pode ser explicado pela gradativa queda da econômica local em relação principalmente à pesca além da dificuldade de se manter a mão-de-obra local. A taxa de crescimento da Microrregião do Salgado, de uma forma geral, acompanha a tendência de crescimento de todo o Estado do Pará.

6.2 QUALIDADE DE VIDA

A qualidade de vida na região está condicionada à inserção da população na economia local, notadamente nos principais setores de atividade: a agricultura, a pesca, e o setor terciário de comércio e serviços, dos 73.790 habitantes que compõem a população economicamente ativa, 32.418 estão alocadas na zona rural e 41.372 nas zonas urbanas. Segundo os dados do IPEA, a taxa de participação da população na economia da região gira em torno de 0,47% sendo que os a população masculina ocupa 0,59% destas atividades e 0,33% é ocupada pela feminina. De 1991 a 2000 houve um recuo do índice de pessoas pobres de 72,97 para 66,29 e de indigentes de 42,88 para 37,79. O nível de desigualdades da Microrregião do Salgado Paraense calculada segundo o índice *L de Theil* é de 0,43.

A infra-estrutura da Microrregião é muito pequena, apenas 246 domicílios em 2000 possuíam rede de distribuição sanitária, o abastecimento de água atingia, neste mesmo ano, 22.517 e a rede de iluminação elétrica 36.139 domicílios dos municípios.

O Índice de Desenvolvimento Humano em 1991 era de 0,481 considerado baixo pela ONU, sendo que, este índice para a educação era de 0,594, para longevidade de 0,581 e para a renda de 0,267.

Na saúde houve um decréscimo do número de médicos por mil habitantes da Microrregião do Salgado. Em 1991 eram 0,992 e em 2000 0,673.

6.3. TRABALHO E RENDA FAMILIAR

O processo produtivo da microrregião do Salgado pode ser entendido seguindo a distinção entre duas formas, por vezes complementares, de trabalho e renda realizados pelos seus habitantes. O primeiro deles está relacionado ao trabalho do mar, ou seja, principalmente àquele vinculado à pesca artesanal e seu entorno produtivo e o segundo relacionado ao trabalho na lavoura, principalmente na agricultura e comercialização de derivados da mandioca (farinha, tapioca, tucupí, bejú, etc).

Nas áreas litorâneas, há em todos os municípios desta microrregião uma intensa atividade comercial pesqueira que envolve praticamente todos os setores da população. Este tipo de atividade é empreendido por dois setores, a pesca artesanal e a industrial. Na primeira delas, a atividade é desenvolvida no seio comunitário ou familiar onde existe uma teia de relações de uso comum dos recursos naturais, neste caso, marinhos, que formam uma importante base produtiva para algumas comunidades. A atividade pesqueira, nesta modalidade, inicia desde cedo com o aprimoramento por parte dos mais jovens das técnicas de trabalho e confecção e/ou construção de materiais relacionados a este setor produtivo. Assim, desde cedo se aprende remar, conhecer as áreas de pesca (como os furos de marés), construir canoas e pequenas embarcações motorizadas, além de todo o arsenal de apetrechos de pesca utilizados no dia a dia dos pescadores.

Os ofícios adquiridos por esta atividade formam mestres artesões ou carpinteiros que desenvolvem suas habilidades repassando seus conhecimentos a outros aprendizes. No caso da construção de embarcações, há uma especificidade desse conhecimento relacionado com a vivência no mar onde a busca pelo aprimoramento é constante tendo em vista o melhoramento destas embarcações para enfrentar o mar aberto. Este tipo de atividade tem perdido espaço por conta, além da diminuição do pescado na região, da concorrência de

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**PA****03****00****09****F10****01**

embarcações produzidas em outros lugares com maior aperfeiçoamento técnico, soma-se a isto a escassez de matéria-prima como a madeira que praticamente já não se encontra mais na região.

A atividade pesqueira na sua forma artesanal está condicionada à sazonalidade de safra, assim em determinada época do ano a complementação da renda familiar da população local é feita através da coleta de moluscos, crustáceos como o sirí e o caranguejo, o turú e o camarão consumidos e comercializados em pequena escala. Todas as etapas do trabalho são realizados por homens, mulheres e crianças.

Todo o destino da produção é a comercialização (maior parte) e o consumo das famílias (peixes de menor valor comercial). Os peixes comercializados normalmente são vendidos para marreteiros da própria vila ou para pessoas de fora que vem comprar o produto congelado ou salgado (seco), em dias certos, ficando os pescadores aguardando a presença deles. Geralmente esse tipo de transação – a compra de pescado nas vilas – é realizado com pescadores pertencentes à outras colônias. É comum os compradores terem mais de um fornecedor (QUARESMA, 2003, p. 142).

Além disso, há um intenso processo destrutivo que envolve a pesca predatória patrocinada pelas indústrias pesqueiras do Pará e de outros estados que, ao realizarem a pesca de “arrasto” impedem a passagem do pescado para os furos de marés onde os pescadores artesanais trabalham, bem como, destroem os alevinos impedindo uma maior reprodução das várias espécies de pescado existentes na região. É muito comum nos relatos de pescadores o sumiço de algumas variedades de pescado da zona do Salgado. No período de entressafra, cidades à beira do mar importam peixe de Belém, do Abade (localizado no município de Curuçá) ou de Vigia (um dos principais portos pesqueiros do Estado) para o abastecimento interno, encarecendo o preço final do alimento.

Nas áreas mais afastadas do litoral onde predominam as atividades agrícolas, o sistema produtivo é formado por uma organização de base familiar e/ou comunitária que tem no cultivo, principalmente da mandioca, sua base de sustentação.

O processo de produção até a comercialização do produto leva em média um ano e depende de extensas áreas de plantio, o que leva alguns agricultores que não possuem terras a arrendar ou realizar a produção em formato de parceria sendo o resultado repartido entre estes e o dono da terra. A comercialização é toda feita nos mercados e feiras do município de Castanhal e Belém.

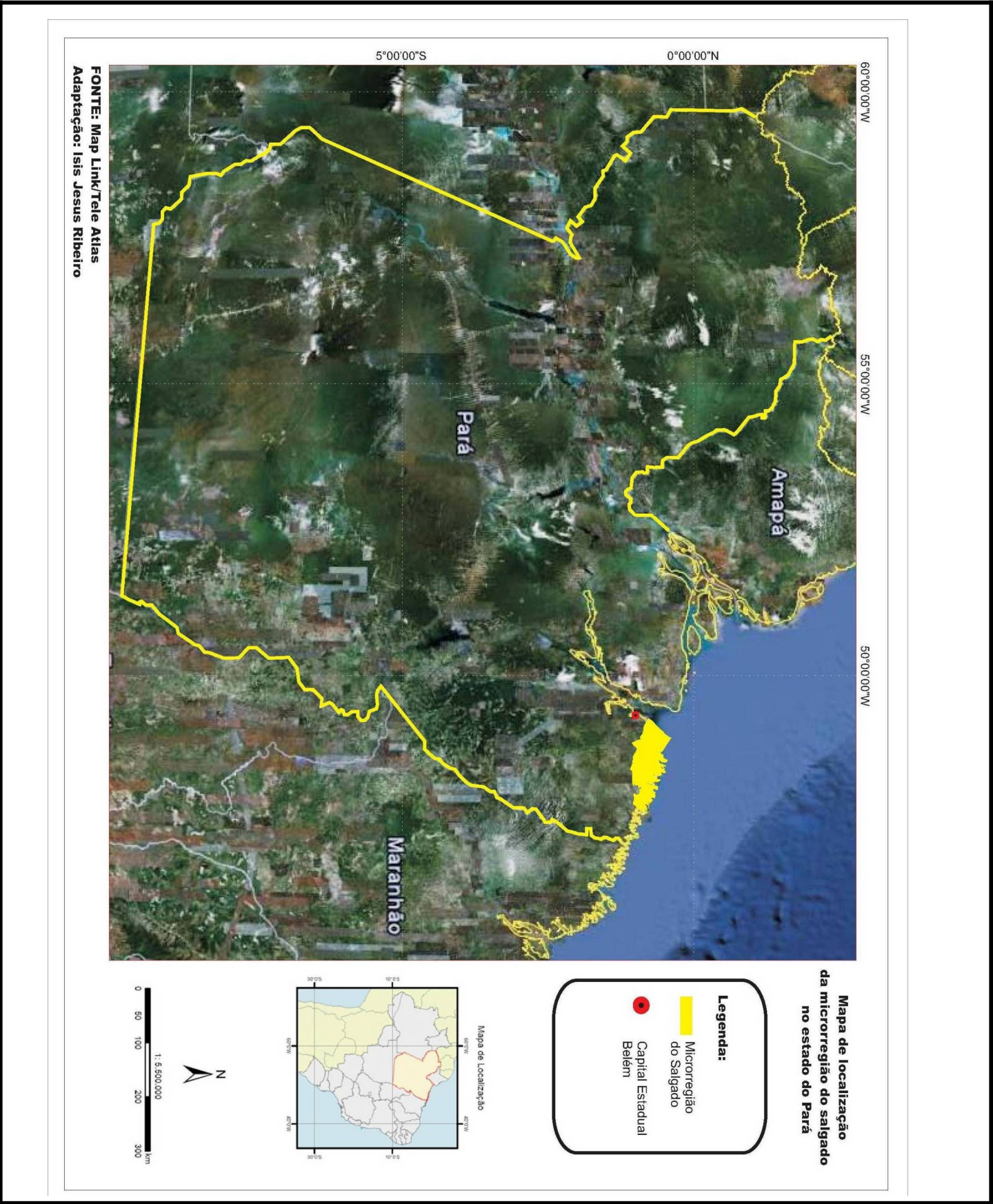
6.4 EDUCAÇÃO

Em todos os municípios da Microrregião do Salgado Paraense há escolas de ensino médio e fundamental. As primeiras também estão presentes na maioria das localidades como as vilas e agrovilas, e as segundas se concentram nas sedes municipais. Desta forma, os alunos que terminam o ensino fundamental precisam se deslocar para as sedes dos municípios onde muitas das vezes não há transporte gratuito e quando há normalmente estão em péssimas condições de uso. Some-se a isso o mal estado das estradas vicinais que dão acesso aos lugarejos que transformam as viagens de alunos e passageiros em verdadeiras aventuras, principalmente no período do inverno amazônico.

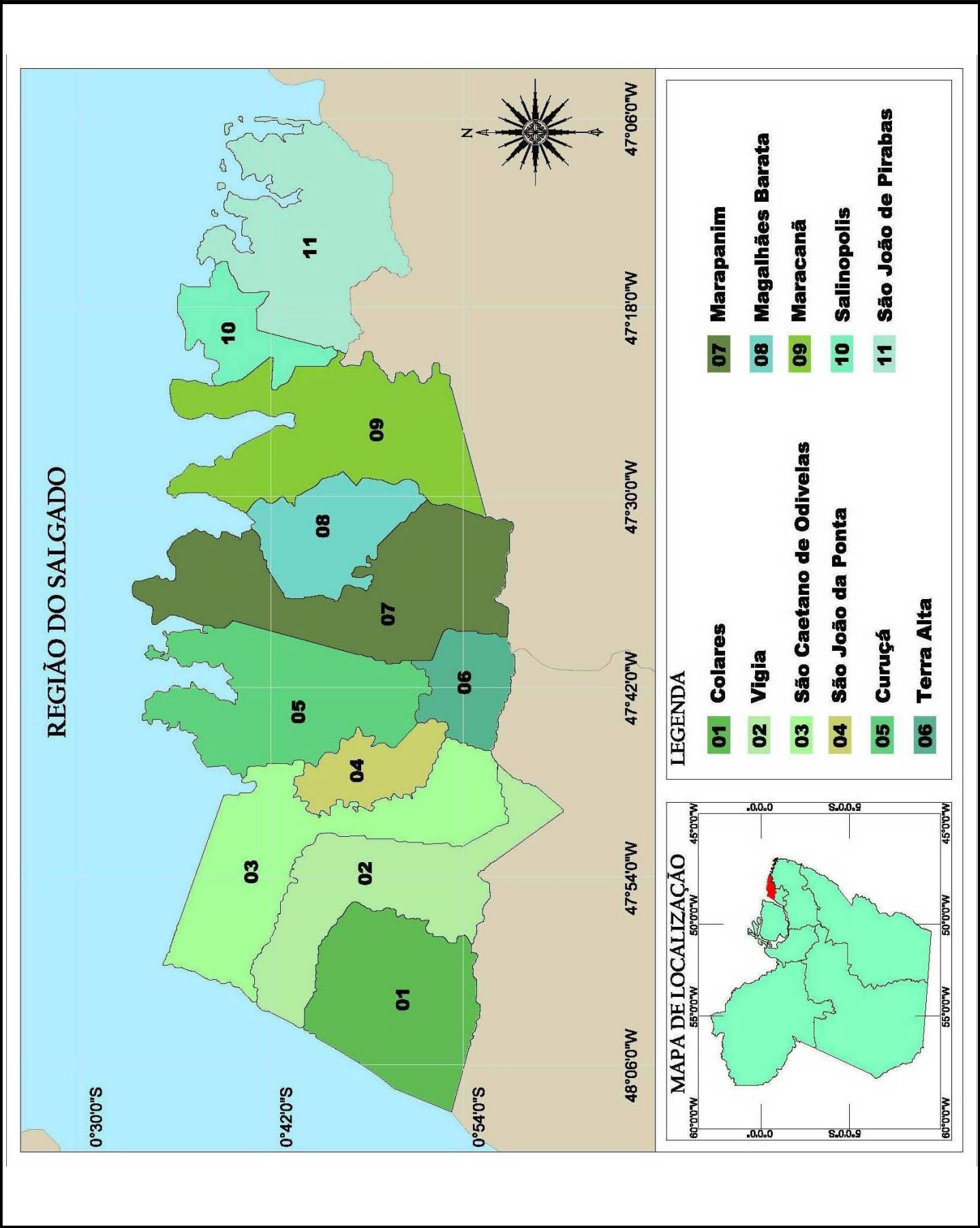
Mesmo com escolas espalhadas pela região, o número de analfabetos ainda é considerável. Dentre os municípios com pior índice, São João da Ponta figura entre os primeiros com 26,18% de sua população que ainda não sabe ler nem escrever (IBGE, 2000). O menor índice está no município de Vigia com 13,5% (IBGE, 2000).

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	PA	03	00	09	F10	01
-------------------------------	----	----	----	----	-----	----

6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	PA	03	00	09	F10	01
-------------------------------	----	----	----	----	-----	----



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	PA	03	00	09	F10	01
--------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

8. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

BRASIL. Decreto n. 4.340, de 13/12/2002: Cria a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, no Município de Curuçá, no Estado do Pará, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n. 4.340, de 13/12/2002: Cria a Reserva Extrativista Maracanã, no Município de Maracanã, no Estado do Pará, e dá outras providências.

PARÁ. Lei no 5621, de 27/11/1990: Dispõe sobre a criação de área de proteção ambiental de Algodual-Maiandeuá no Município de Maracanã.

PARÁ. Portaria SECTAM n. 291, de 06/06/2006: Cria o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Algodual-Maiandeuá - APA Algodual-Maiandeuá criada pela Lei Estadual nº 5.621, de 27 de novembro de 1990.

PARÁ. Resolução CONTEC n. 8, de 19/04/2006: Aprova a instituição do Comitê Gestor de Ciência e Tecnologia para a Promoção e Desenvolvimento da Fruticultura do Salgado Paraense.

BRASIL. Decreto n. 4340, de 13/12/2002: Cria a Reserva Extrativista de São João da Ponta, no Município de São João da Ponta, no Estado do Pará, e dá outras providências.

BRASIL. Tombo IPHAN n. 0434-T-50, de 13/08/1985: Igreja Nossa Senhora da Madre de Deus – Vigia/PA. Livro de Belas Artes. Insc. 424. de 14-12-1954.

9. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

9.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

O carimbó, e tudo que tal designação pode compreender (festa, música, dança, artesanato, etc.), na Microrregião do Salgado Paraense, constitui bem cultural em plena vigência, seja através de práticas, aspectos e formatos considerados mais “tradicionais”, seja pelo incremento de novos elementos e modalidades de organização, no intuito de atender à demanda crescente por apresentações de grupos de carimbó tanto em seus municípios de origem quanto em outras cidades e regiões do estado e do país.

Em todos os municípios nos quais se deteve este levantamento preliminar (Salinópolis, São João de Pirabas, Vigia, São Caetano de Odivelas Colares e Marapanim), observou-se a presença desta referida manifestação cultural, com algumas variações relacionadas, principalmente, aos andamentos ritmicos, à formação instrumental (sobretudo, no que diz respeito à presença ou não de instrumentos melódicos [cordas e sopro]), ao calendário de apresentações, à indumentária (ou uniformes), aos motivos pelos quais é escolhida essa ou aquela denominação para os grupos (conjuntos), dentre outras questões. Além, é claro, das diferentes performances discursivas acerca da possível “origem” do carimbó, o que inclui a “legitimidade” presente na relação desta manifestação com a “cultura” desses municípios e suas respectivas vilas e localidades.

Em uma análise preliminar, percebeu-se que o carimbó está mais “proeminente” em alguns municípios do que em outros. Esta situação pode ser entendida levando-se em consideração a inserção de alguns municípios nos roteiros turísticos do Estado, como é o caso de Marapanim, onde se registrou o maior número de grupos e demais bens associados ao carimbó. No entanto, há outros municípios, como Colares que, embora não receba grandes incrementos turísticos, o carimbó encontra-se “em alta”, principalmente na zona rural, como é o caso

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**PA****03****00****09****F10****01**

da localidade de Genipaúba da Laura, onde há dois importantes grupos que engendram uma relação singular de envolvimento e organização da população em torno de dois barracões que levam os nomes de cada um dos grupos: o “Canarinho” e o “Beira-Mar” (ver ficha de bens culturais de Colares). Estes dois aspectos referentes ao desenvolvimento do carimbó são bastante representativos de situações diferenciadas que vem influenciando sobremaneira o processo de reprodução dos grupos.

Quanto à primeira situação colocada acima, os problemas apontados por representantes de grupos, músicos, compositores, artesãos, dançarinos e demais agentes culturais, levam em conta, principalmente, a relação estabelecida entre os agentes que promovem ou fomentam a manifestação em cada um dos municípios pesquisados. Neste sentido, a composição estabelecida entre o poder público, a iniciativa privada, contratantes diversos e os grupos de carimbó é entendida como uma ação intencional de, por um lado, incluir tais grupos em eventos geralmente turísticos e, por outro, promover determinadas festas com a “originalidade” do que se entenderia por “música de raiz”. Desse modo, alguns grupos vêm se organizando em função de atividades pontuais e eventuais, obedecendo à ordem estabelecida do calendário cultural e festivo dos municípios, por vezes deixando de lado práticas que privilegiam aspectos sócio-culturais concernentes à dinâmica de suas apresentações. Neste sentido, estariam “funcionando” como as demais bandas e grupos musicais de animação e entretenimento. Tal situação, conforme se pode observar, encontra-se mais presente nos municípios tidos como possuidores de maiores atrativos turísticos: Marapanim e Salinópolis.

Por outro lado, nestes mesmos municípios mencionados, além dos demais com menor incremento turístico, há ainda formas de organização e reprodução social em torno do bem cultural que independem de uma lógica formal. Suas atividades estão também relacionadas a domínios mais ordinárias de sociabilidade, ao cotidiano do trabalho e das celebrações religiosas ou seculares, como as festas de produção tanto da lavoura quanto da pesca. Neste aspecto, as transformações decorrem, sobretudo, da relação (estratégias e negociações) que estes grupos sociais estabelecem com diferentes escalas de informações, decorrentes, principalmente, da emergência dos meios de comunicação de massa. Porém, percebe-se uma relativa *negação*, por parte de alguns sujeitos e grupos, do que estes consideram como sendo “influências externas” ao universo do carimbó, o que pode ser evidenciado pela possível busca de uma “autenticidade”. Busca esta, devidamente coincidente com os discursos reproduzidos pelos chamados (notoriamente) *preservacionistas culturais*, oriundos dos meios acadêmicos; e novos atores sociais surgidos com a retomada da questão identitária em âmbito mundial desde o final da década de 1980.

Dentre as principais demandas relatadas pelos grupos e agentes culturais envolvidos com o carimbó nos municípios pesquisados, estão: a falta de apoio (incentivo) por parte do poder público, a falta de interesse por parte dos mais jovens, falta de músicos que toquem instrumentos de sopro, o isolamento dos grupos do interior em relação aos das sedes municipais, a falta de oportunidades de apresentações em outros municípios, sobretudo festivos, a não existência de uma programação organizada para os grupos e a falta de oportunidades de registros áudio-visuais.

As demandas emanadas dos grupos de carimbó por um “apoio” do poder público, normalmente estão relacionadas à aquisição de materiais (vestimentas ou uniformes, instrumentos, transporte, mais contratações, dentre outros). O desinteresse em dar continuidade a esta manifestação, de acordo com os entrevistados, está relacionado ao crescimento das cidades e ao florescimento de novas modalidades de entretenimento que, gradualmente, foram substituindo as “antigas” tradições festivas, embora tenha se observado, em alguns casos (algo que, inclusive, não é recente), diferentes formas de interação entre o que se poderia compreender por práticas festivas “novas” e “antigas”. Neste aspecto, ganha fôlego os relatos dos atores “mais antigos”, no sentido da falta de interesse por parte dos “mais jovens”.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**PA****03****00****09****F10****01**

Mesmo a Microrregião do Salgado possuindo pelo menos 75 grupos de carimbó em atividade ou vigentes, há um número pequeno de músicos de sopro para atender a demanda desses grupos. Esta situação não é nova e, mesmo com quase todos os municípios possuindo bandas municipais onde são formados dezenas de músicos de sopro, o carimbó ainda carece desse tipo de músico. Ainda é possível se encontrar em alguns municípios como Marapanim e Vigia, alguns mestres artesões que fabricavam flautas feira de madeira de forma artesanal e que por vezes eram os mesmo que acabavam por acompanhar os grupos, no entanto, com o incremento instrumental proporcionado em um primeiro momento pelas bandas de “Jazze” (década de 1940) e em um segundo momento pelas formações de bandas marciais e municipais, os “flautistas artesanais” foram sumindo a tal ponto que, neste levantamento preliminar foram poucos os registros feitos sobre este ofício. É interessante destacar que este tipo de instrumentista é tratado pelos integrantes dos grupos de carimbó como “o músico”, este tratamento diferenciado é consolidado quando das divisões de cachês onde “o músico” sempre recebe uma quantia a mais de dinheiro do que os outros. Também é comum, durante as programações patrocinadas pelos próprios grupos, a contratação do instrumentista de sopro para tocar nas mesmas, ou seja, considera-se “o músico” normalmente como uma espécie de prestador de serviços e não como um membro dos grupos.

Os grupos de carimbó estão majoritariamente localizados nos lugarejos como as agrovilas e vilas de pescadores, no entorno imediato ou não das sedes municipais. As indicações históricas e geográficas apontam para algumas destas localidades como possíveis espaços originários desta manifestação, notadamente alguns pontos da zona litorânea e do interior do território em locais onde se formaram comunidades de negros fugidos e/ou já libertos das fazendas da região e também do atual Estado do Maranhão durante os séculos XVIII e XIX. Exemplo disso são as localidades de Maranhãozinho em Marapanim e Tauapará em Vigia. A herança cultural destas localidades pode ser percebida nas manifestações lúdicas como os batuques que possivelmente tornaram-se vários ritmos e, dentre eles, o carimbó. A importância dos grupos que ainda existem nestas localidades vão ao encontro do significado dos lugares, mas também às suas atividades atuais, neste sentido, as queixas relatadas pelos entrevistados quanto ao descaso e o isolamento de tais grupos estão fundamentadas na falta de oportunidades quanto aos incentivos por parte dos órgãos públicos competentes de gestão da cultura nos municípios.

As informações dos entrevistados neste levantamento preliminar revelam sobre a vigência de um bem cultural que possui uma dinâmica própria e singular no contexto sócio-cultural de cada um dos municípios pesquisados. A demora e a ausência de políticas públicas sensíveis ao processo de reprodução atual dos grupos têm levado, principalmente os mais antigos, a uma total descrença em relação a alguma possibilidade de apoio. Os artesões de instrumentos musicais de percussão, sopro e banjo, por exemplo, estão cada vez mais raros, principalmente os dois últimos, este fato se deve, entre outros fatores, a falta de interesse por parte dos mais jovens no aprendizado deste ofício.

Nas localidades interioranas, ainda é bastante comum as danças de roda que acontecem nas festividades onde os grupos de carimbó comandam a parte musical, no entanto é cada vez mais raro se encontrar os chamados barracões onde, além de realizadas as festividades seculares, se faziam homenagem a algum santo, principalmente São Benedito, um dos mais cultuados na região. Atualmente as sedes comunitárias ou pertencentes a algum clube de futebol são os principais espaços de apresentações dos grupos de carimbó.

Há entre os membros dos grupos de carimbó e demais informantes sobre este bem uma espécie de retração quanto a pesquisadores que se arvoram em saber algo sobre o carimbó. Este fato é notório e não é de hoje, uma vez que em quase todos os municípios pesquisados foi relatado uma situação histórica de apropriação de músicas de compositores locais por parte de pessoas que vinham de outros lugares, normalmente da capital do Estado, com gravadores, faziam o registro e gravavam as músicas modificando a autoria. Estes relatos se referem principalmente a década de 1970 quando do auge das gravações fonográficas em Belém, mas que, em menor escala, ainda continua a acontecer. Desta forma, um dos problemas apontados principalmente pelos compositores tem haver com a falta de oportunidade em se registrar suas músicas nos atuais formatos

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**PA****03****00****09****F10****01**

midiáticos como CD e DVD. Note-se que, alguns grupos mais estruturados já vêm a algum tempo fazendo este tipo de registro de forma amadora e caseira, comercializando os seus cd's em locais de apresentação dos grupos.

Por fim, a questão relativa à falta de uma programação orientada para os grupos de carimbó da região é ponto comum como sendo um dos principais problemas enfrentados pelos grupos. O ressurgimento dos festivais em alguns municípios reacendeu essa possibilidade, no entanto, devido principalmente à falta de organização e de estrutura dos mesmos, acabaram por se tornar eventos imediatistas com clara conotação de apelo mercadológico.

9.2. RECOMENDAÇÕES

As indicações sobre os principais problemas enfrentados pelos grupos e demais agentes culturais envolvidos no bem cultural carimbó feitas acima podem e devem servir de parâmetros para a formulação de políticas públicas que atendam a tais demandas de forma estruturada e organizada, pensando-se principalmente nos contextos sociais, econômicos e culturais de cada município onde a manifestação possui um enraizamento antigo e/ou atual. Neste sentido, a criação de um canal de comunicação entre os detentores do saber e demais agentes desta manifestação com o poder público se faz necessário, na medida em que se privilegiem os aspectos culturais e de sociabilidades característico das manifestações de cunho tradicional, como é o carimbó.

A insistência em motivar os grupos através do apelo do espetáculo pode ocasionar a “inflamação” de uma situação já visualizada em alguns municípios de perda gradativa da importância dos lugares onde a manifestação se realiza e onde ela se nutre para continuar a se reproduzir, neste caso, as vilas. Desta forma, o palco, a iluminação, o som mecânico, as torcidas organizadas, se tornam ilusões transitórias além de ilusórias de uma realidade totalmente distante das experimentadas cotidianamente pelos grupos. O fortalecimento das organizações comunitárias em torno do carimbó e a retomada de seu espaço de reprodução, como os barracões, são ações que podem, além de dar a viabilidade material para o bem, também colabora com a imaterialidade a partir do fortalecimento associativo em torno dos diversos agentes que produzem e reproduzem a manifestação.

A criação de possibilidades de incremento dos ofícios relacionados à confecção artesanal de instrumentos é de fundamental importância quanto à continuidade de produção dos mesmos. Dentre os principais, o artesão de banjo já se encontra com certa dificuldade, porém o artesão da flauta é raríssimo. Desta forma, se torna urgente uma ação de salvaguarda desse tão importante patrimônio que envolve não apenas a confecção do bem, mas também a técnica de uso de um dos instrumentos mais característicos do carimbó da Microrregião do Salgado Paraense.

Soma-se a isso a busca por alternativas culturais por parte do poder público de ações que desenvolvam formas de transmissão de saberes relacionados às técnicas de execução dos instrumentos que compõem os grupos (banjo, flauta, maracá, milheiro, pandeiro, onça e curimbó) além das formas de criação artística como a história das composições musicais (letra e música) dos detentores desse tipo de saber.

Por fim, propõe-se uma análise mais aprofundada das informações contidas neste levantamento preliminar do carimbó no município de Salinópolis por parte dos órgãos públicos responsáveis pela área cultural do município, bem como das esferas estadual e federal com o intuito de maior entendimento do processo e da dinâmica cultural desta manifestação, para em seguida, formular ações de política pública qualitativas de valorização e fomento da mesma.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	PA	03	00	09	F10	01
--------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

10. DOCUMENTOS ANEXADOS

Obs.: Para lista dos documentos localizados, consultar o *Anexo 1: Bibliografia*.

FORMULÁRIOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES	
ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA	PA 03 - 09 F0- A1
ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS	PA 03 - 09 F0- A2
ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	PA 03 - 09 F0- A3
ANEXO 4: CONTATOS	PA 03 - 09 F0- A4
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

11. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Edgar M. Chagas Jr., Andrey Faro de Lima, Marta Geórgia de Souza		
SUPERVISOR	Edgar M. Chagas Jr.		
REDATOR	Edgar M. Chagas Jr.	DATA Julho de 2009	
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Superintendência do Iphan no Pará		

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**PA****03****00****09****F10****01****12. TABELAS**

TABELA 1 – MUNICÍPIOS DE COLARES, MARAPANIM, SALINÓPOLIS, SÃO CAETANO DE ODOVELAS, SÃO JOÃO DE PIRABAS, VIGIA, TERRA ALTA, SÃO JOÃO DA PONTA, MARACANÃ, MAGALHÃES BARATA E CURUÇÁ – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE 1970 E 2000.

Município	1970	1980	1991	1996	2000
Colares	6339	7094	8338	8940	10632
Marapanim	16922	17721	20087	22301	24718
Salinópolis	9651	14349	22670	28396	33449
São Caetano de Odivelas	14229	20926	21126	19055	15595
São João de Pirabas	-	-	16259	16822	17484
Vigia	19261	24825	37418	37013	40176
Terra Alta	—	—	—	6819	8261
São João da Ponta	—	—	—	—	4035
Maracanã	18089	2116	25575	25329	27571
Magalhães Barata	5058	5996	7331	7962	7693
Curuçá	22537	24403	25776	23012	26160

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – CENSOS DE 1970, 1980, 1991, 1996 E 2000.

TABELA 2 – MICRORREGIÃO DO SALGADO PARAENSE
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DE 1970 A 2000.

	1970		2000	
Município	Pop total	Pop urbana	Pop total	Pop urbana
Colares	6339	1314	10632	3238
Marapanim	16922	6127	24718	9490
Salinópolis	9651	6608	33449	30417
São Caetano de Odivelas	14229	4933	15595	6550
São João de Pirabas	-	-	17484	9832
Vigia	19261	11681	40176	28006
Terra Alta	—	—	8261	3692
São João da	—	—	4035	1051

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO				PA	03	00	09	F10	01
-------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

Ponta				
Maracanã	18089	6744	25329	11712
Magalhães Barata	5058	2115	7962	3978
Curuçá	22537	8423	23012	9943

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – CENSOS DE 1970, 1980, 1991, 1996 E 2000.

TABELA 3 – MESORREGIÃO NORDESTE PARAENSE

CRESCIMENTO POPULACIONAL EM RELAÇÃO ÀS MESORREGIÕES DO PARÁ NO PERÍODO DE 1970 A 2000.

Mesorregião	1970	1980	1991	1996	2000
Baixo Amazonas	304489	467422	560797	577670	638320
Marajó	214295	283029	317022	340744	379203
Metropolitana de Belém	774288	1175563	1620564	1832257	2085075
Nordeste Paraense	721752	1008983	1218214	1315722	1473262
Sudeste Paraense	112349	364292	889455	1044992	1192135
Sudoeste Paraense	39825	104209	344008	399464	42312

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – CENSOS DE 1970, 1980, 1991, 1996 E 2000.

TABELA 4 – MESORREGIÃO NORDESTE PARAENSE

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL EM RELAÇÃO ÀS MESORREGIÕES DO PARÁ NO PERÍODO DE 1970 A 2000.

Mesorregião	1970	1980	1991	1996	2000
Baixo Amazonas	196061	275439	258063	259388	279232
Marajó	174254	218402	216034	215384	231908
Metropolitana de Belém	126744	255797	537450	695609	128888
Nordeste Paraense	542513	692271	718031	724146	775436
Sudeste Paraense	77573	240881	414044	425884	432560
Sudoeste Paraense	28658	53715	210050	241421	223590

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – CENSOS DE 1970, 1980, 1991, 1996 E 2000.

TABELA 5 – MESORREGIÃO NORDESTE PARAENSE

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA EM RELAÇÃO ÀS MESORREGIÕES DO PARÁ NO PERÍODO DE 1970 A 2000.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**PA****03****00****09****F10****01**

Mesorregião	1970	1980	1991	1996	2000
Baixo Amazonas	108428	191983	302734	318282	359088
Marajó	40041	64627	100988	125360	147295
Metropolitana de Belém	647544	919766	1083114	1136648	1956187
Nordeste Paraense	179239	316712	500183	591576	697826
Sudeste Paraense	34776	123411	475411	619108	759575
Sudoeste Paraense	11167	50494	133958	158043	200722

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – CENSOS DE 1970, 1980, 1991, 1996 E 2000.

TABELA 6 – POPULAÇÃO RESIDENTE DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, ALFABETIZADA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS (%).

Município	1991	2000
Colares	77,693	86,068
Marapanim	80,507	85,798
Salinópolis	78,918	85,53
São Caetano de Odivelas	78,867	84,52
São João de Pirabas	61,682	73,82
Vigia	80,02	86,404
Terra Alta	73,6	86,4
São João da Ponta	81,3	81,5
Maracanã	76,0	81,9
Magalhães Barata	78,9	83,6
Curuçá	79,2	87,8

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – CENSOS DE 1970, 1980, 1991, 1996 E 2000.

TABELA 7 – POPULAÇÃO RESIDENTE DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, ANALFABETA,

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO**PA****03****00****09****F10****01**

SEGUNDO OS MUNICÍPIOS (%).

Município	1991	2000
Colares	22,307	13,932
Marapanim	19,493	14,202
Salinópolis	21,082	14,47
São Caetano de Odivelas	21,133	15,48
São João de Pirabas	38,318	26,18
Vigia	19,98	13,596
Terra Alta	26,3	13,5
São João da Ponta	18,6	18,4
Maracanã	23,9	18,0
Magalhães Barata	21,0	16,3
Curuçá	20,7	12,1

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – CENSOS DE 1970, 1980, 1991, 1996 E 2000.

TABELA 8 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO. PERIODICIDADE: DECENAL 1991 -2000.

Município	1991	2000
Colares	0,626	0,712
Marapanim	0,618	0,7
Salinópolis	0,639	0,74
São Caetano de Odivelas	0,638	0,7
São João de Pirabas	0,563	0,652
Vigia	0,649	0,731
Terra Alta	0,511	0,711
São João da Ponta	0,632	0,672
Maracanã	0,618	0,656
Magalhães Barata	0,609	0,671

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: Sítio	PA	03	00	09	F10	01
-------------------------------	----	----	----	----	-----	----

Curuçá	0,616	0,709
--------	-------	-------

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – CENSOS DE 1970, 1980, 1991, 1996 E 2000.